



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História

Felipe Ribeiro de Farias Mendes da Silva

Brasília e a Interiorização:
Uma visão além de JK.

Brasília

2011

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção de grau de licenciado e bacharel em História.

Data da defesa oral: quarta-feira, 14 de dezembro de 2011.

Banca Examinadora: Professora Dra. Lucilia de Almeida Neves Delgado;
(orientadora)

Professora Dra. Cléria Botelho da Costa e

Professora Dra. Eloisa Pereira Barroso.

Dedicatória

À minha mãe, dona Rosa, primeira e grande financiadora dos meus estudos, que tanto lhe deram dificuldades, e sem sombra de dúvidas a minha maior incentivadora na graduação, embora se apavore com o futuro de professor do filho.

Agradecimentos

Agradeço aos meus companheiros de curso, que tanto me ajudaram no caminho que agora terminamos. Com eles passei bons e maus momentos na Universidade de Brasília e demais universidades que passamos durante simpósios, fóruns e seminários que nos aventuramos em participar. Foram momentos únicos de diversão, de companheirismo, de trabalho no Centro Acadêmico e também de estudo.

Não poderia deixar de agradecer aos meus professores que são os grandes responsáveis pela conclusão dessa graduação. Especialmente a professora Lucilia Neves, que me acolheu e me entendeu no desesperador momento da elaboração dessa dissertação. Aliás, sofreu junto comigo e se doou como este orientando jamais imaginaria. Receber um e-mail às 2h57 da manhã foi uma grande honra, além de preocupação com a querida professora, que guardarei com muito carinho.

Entre outros mestres, sinto orgulho de citar nominalmente os professores Jaime de Almeida, que tanto me encoraja no mestrado, Susane Rodrigues, que me orientou em minha Iniciação Científica, que tanto aprendi e aos valorosos Diva do Couto e Antônio Barbosa, que sempre apoiaram as iniciativas dos alunos do nosso departamento.

Minha família também teve papel importante também. Primeiro não jogaram meus rascunhos e trabalhos que por ventura deixei largados na minha casa, e na casa desses. Depois, sempre me incentivaram e acreditaram na minha capacidade.

Por fim, um agradecimento especial àqueles que me apoiaram diretamente na condução desse trabalho. Aos funcionários do Centro de Documentação e Informação (CEDI) da Câmara dos Deputados, que me orientaram na busca por discursos parlamentares no site da Casa, à equipe do Centro de Recursos de Aprendizagem (CRA) Maria Cláudia Del'Isola, do Colégio Marista de Brasília, pelo carinho e atenção na minha busca por títulos e no esquecimento dos prazos de devolução dos livros. Assim como agradeço também meus colegas da Monitoria Maristão que, à medida que eu escrevia essa monografia, exerceram pacientemente a função de primeiros leitores e críticos.

A todos vocês, meu grande obrigado.

Lista de Abreviações e Siglas

BR	- Sigla que identifica as estradas federais brasileiras.
CAN	- Colônia Agrícola Nacional.
CLT	- Consolidação das Leis Trabalhistas.
DF	- Distrito Federal.
DIP	- Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado Novo de Vargas.
EUA	- Estados Unidos da América.
gal.	- General.
GO	- Estado de Goiás.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
JK	- Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil entre 1956 e 1961.
MG	- Estado de Minas Gerais.
MT	- Estado de Mato Grosso.
NOVACAP	- Companhia Urbanizadora da Nova Capital.
PA	- Estado do Pará.
RS	- Estado do Rio Grande do Sul.
SALTE	- Plano econômico desenvolvido pelo Governo Dutra que visava melhorar as condições de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.
TM	- Região do Triângulo Mineiro.

Resumo

A inauguração da cidade Brasília data de cinquenta e um anos, porém, sua história é bem mais antiga. Esse trabalho tem por objetivo analisar as ideias e iniciativas que tiveram lugar em nossa era republicana. Constituições e leis regeram a forma como os estudos da transferência deveriam acontecer. No Congresso Nacional, muitos políticos deixaram suas opiniões e propostas para uma capital interior. Houve avanços e recuos. A ocupação do território central estimulado por Vargas durante a Marcha Para o Oeste permitiu que a interiorização da capital ganhasse novos tons. Os presidentes pós-Estado Novo cumpriram as disposições legais e trabalharam para a consolidação do projeto que culminaria na construção da nova capital por JK. Essa monografia tem como objetivo contribuir para a apresentação desses diferentes personagens tão poucos comentados pela historiografia oficial.

Sumário

Dedicatória.....	02
Agradecimentos.....	02
Lista de Abreviações e Siglas.....	03
Resumo.....	04
Introdução: Brasília: cidade de um homem ou de vários?.....	06
Capítulo 1 – A interiorização da Capital na Era Republicana: iniciativas e recuos.....	10
Capítulo 2 – O Discurso e o Movimento.....	18
Capítulo 3 – Da Marcha à JK.....	25
Considerações Finais.....	31
Anexos.....	33
Referências Bibliográficas.....	35
Declaração de Autenticidade.....	37

Introdução – Brasília: cidade de um homem ou de vários?

Não há como escrever sobre a história da fundação de Brasília sem falar de Juscelino Kubitschek. O ex-presidente foi quem teve a iniciativa máxima de transferir a capital para o interior do país. Marcou-se presente em todas as etapas de construção da nova capital: planejamento urbano da cidade; construção de monumentos, áreas de circulação, edifícios e inserção oficial de Brasília dentro do território nacional.

Juscelino, um dos presidentes mais aclamados na recente história do Brasil Republicano, tornou-se um verdadeiro mito por sua ousadia e empreendedorismo. A cidade de Brasília sabe bem cultivar a imagem daquele que é apresentado como seu pai fundador. Apenas para citarmos exemplos de perpetuação de sua memória, dentre as construções urbanas da capital por ele construída, o aeroporto e uma moderna ponte receberam seu nome. Além disso, a capital conta com um mini-museu na Praça dos Três Poderes e é sede seu mausoléu, no Eixo Monumental.

O próprio Juscelino contribuiu para mitificação de sua imagem ao se identificar como realizador de uma das propostas da Inconfidência Mineira que era de construir uma capital no interior do Brasil. A inauguração no dia 21 de abril, dia em que Tiradentes, líder daquela conjura, foi executado é um ato pleno de simbolismo.

Muitos livros também foram escritos sobre a trajetória do ex-presidente e de seu investimento maior na construção de uma nova capital para o Brasil. *Brasília Kubitschek de Oliveira*, de Ronaldo Costa Couto é um deles. Mais do que narrar a epopeia da construção da cidade, narra o papel do ex-presidente nessa construção. A personalização da cidade em seu título também é uma grande exaltação de Kubitschek. Também sua dedicatória feita para a publicação contribui ainda mais para reforçar a figura mítica do ex-presidente.

Rio de Janeiro, Leblon, anos 60. A carioquinha de apenas cinco anos é fixada em Brasília e em JK, amigo do pai.
Provoca a babá:
- Quem fez o céu?
- Foi Deus.
- E o mar?
- Foi Deus.
- E eu?
- Também foi Deus. Foi Ele quem fez tudo, menina.
- É. Mas quem fez Brasília foi o Juscelino.
Este livro é dela.¹

¹ COUTO; Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001. (Dedicatória)

É muito comum em nossa cidade ouvirmos alguém dizer que Kubitschek construiu a cidade do nada, em meio ao deserto. Isso, além de refletir um grande preconceito contra o cerrado que nos abriga, também mostra um profundo desconhecimento sobre os antecedentes da construção de Brasília. Poucas iniciativas como a Missão Cruls, ao fim do século XIX, recebem destaque na memória dos brasileiros.

Esse trabalho se mostra preocupado em contribuir para o aumento do horizonte referente a personagens e fatos que comumente não estão entre aqueles que são usualmente recordados. Em nenhum momento objetivamos diminuir a importância de JK, que teve fundamental importância para a realização de Brasília, nossa proposta é apenas destacar o longo processo, referente ao projeto de construção de uma nova capital para o Brasil, no interior do país que foi iniciado no século XIX e concluído em 21 de abril de 1960.

Os próprios candangos que veem em Juscelino um grande líder, exemplo e até amigo já tinham consideráveis fileiras estabelecidas na região do atual Núcleo Bandeirante antes mesmo do concurso que escolheu o plano piloto de Lúcio Costa como modelo urbanístico de Brasília. Ou seja, esses primeiros pioneiros que aqui chegaram sem nenhuma coordenação estatal intuía onde seria erguida a nova capital. Intuíam, pois a escolha posterior desse sítio foi resultado do processo a qual destacamos.

Já nos tempos pré-independência falava-se da interiorização da capital. O nome *Brasília* foi proposto por Hipólito José da Costa em seu periódico londrino, *Correio Braziliense*, cujo mesmo título é utilizado pelo maior e primeiro jornal da capital.

José Bonifácio, patriarca de nossa independência, sugere na Constituinte de 1823 uma mudança da capital para o interior. Chegou a pensar em nomes como *Petrália*, em homenagem ao seu amigo imperador. Com a dissolução da Assembleia Constituinte por Dom Pedro I, seu sonho ficou mais distante.

Todavia, a partir da era republicana a causa mudancista ganha mais força. Ganha força de lei e está no entusiasmo de vários parlamentares, como teremos a oportunidade de observar. Famílias tradicionais do estado de Goiás percebem a conveniência de sediar uma nova capital em seu estado e atuam fortemente para tal, objetivando acelerar o desenvolvimento goiano a partir desse empreendimento.

Getúlio Vargas, mesmo que, de alguma forma, indiferente à causa, contribuiu para a consolidação e colonização do espaço central brasileiro. Ainda em seu primeiro governo ao estimular a Marcha para o Oeste incentivou, ainda que de forma mais simbólica do que efetiva a ocupação da região Centro-Oeste. Em seu segundo governo cumpriu os dispositivos constitucionais sobre a transferência da capital e determinou a realização de estudos que serviram de base para a criação da NOVACAP de Juscelino e início da construção de Brasília.

Ao compreendermos esse processo podemos entender Brasília como um desejo brasileiro. Muitas vezes aceito e calorosamente debatido, em outras ocasiões, esquecido e renegado, mas um desejo antigo. Por algum motivo perdurou por vários governos, constituições e regimes. Nosso objetivo nessa monografia é observar como esse anseio se manifestou em vários momentos de nossa história republicana, finalizando o recorte temporal com a posse de Juscelino Kubitschek.

Para cumprirmos esse objetivo foi necessário primeiramente estudar as constituições do período analisado. Mesmo quando a bibliografia indicada nos mostrava que naquela carta não havia artigo que regesse a transferência do DF, era preciso ler para que termos ciência se algum sentimento de continuidade, de permanência estava ali manifestado.

Concentramo-nos em textos de Ronaldo Couto, Antonio Carlos Carpintero e Adirson de Vasconcelos. Apesar de nos distanciarmos da exaltação à JK presente em Couto, seu livro foi lido para melhor entendermos visões contrapostas à apresentada nessa monografia.

Trabalhar com a obra de Couto foi problemático tendo em vista que a maior parte de suas referências se concentravam nos livros de Vasconcelos. Porém, isso nos permite fazer algumas constatações. Uma delas é ausência do então deputado Juscelino Kubitschek defendendo a transferência do Distrito Federal para a região do Triângulo Mineiro, o que descartaria todo o trabalho da Missão Cruls. A tese de *Brasília Kubitschek de Oliveira* poderia sair prejudicada com essa revelação.

Adirson de Vasconcelos, por sua vez, tem em seu livro a grande pretensão de cobrir toda a história da mudança da capital. Por isso, muitos dos fatos analisados por ele servem de base para pesquisas posteriores, como os discursos dos parlamentares.

A importância de alguns desses escritos para nosso trabalho referem-se ao objetivo de melhor identificar como se manifestaram as intenções mudancistas ao longo do período republicano, bem como esse projeto era introjetado pela sociedade brasileira.

Esses textos foram fundamentais para identificáramos as mais variadas propostas de cidades e regiões para sediar a nova capital. Mas também através deles podemos compreender as alterações da malha de transporte brasileiro. Tomando como base a ligação Belém-Brasília é também possível analisar a questão dos meios de transportes, considerando como eram adotados em diferentes épocas e como foram repensados no contexto da construção da nova capital.

Na verdade, Brasília tem uma história mais antiga que sua própria construção, constantemente creditada apenas ao presidente Kubitschek. Nesse trabalho procuramos abordar as inúmeras contribuições de várias pessoas ao longo de nossa história ao projeto de interiorização da capital brasileira

Não queremos de forma alguma diminuir a imagem de JK, que enfrentou uma ferrenha oposição para transferir o DF ao Planalto Central, porém também é importante trabalhar os outros personagens históricos que contribuíram para o sucesso do grande desafio que Juscelino teve nas mãos durante sua presidência.

Se há um ineditismo nessa pesquisa é o de contribuir para apresentar novos atores, cenários e fenômenos no caminho que levou à consolidação da capital no interior brasileiro. Analisar não somente as missões Cruls e Polli-Coelho, mas também os discursos parlamentares, a Marcha para o Oeste, a lei 1803 e o Relatório Belcher como significativos no projeto de interiorização do Distrito Federal.

Capítulo 1 – A interiorização da Capital na Era Republicana: iniciativas e recuos

Basta fazer uma simples análise na primeira Constituição da República dos Estados Unidos da República do Brasil, promulgada em 1891, para perceber a importância dada à interiorização do país por aqueles constituintes. Dos três primeiros artigos da Carta Magna, dois referem-se ao tema da migração da capital federal da cidade do Rio de Janeiro para a atual região Centro-Oeste.

É importante ressaltar que esses artigos não estão inseridos nas Disposições Transitórias do texto, mas sim em posição de destaque nas Disposições Preliminares da Organização Federal. Isso sugere que os constituintes consideravam que a mudança do antigo Município Neutro, que a partir dessa constituinte passou a se chamar Distrito Federal, deveria ser realizada o mais breve possível por se tratar de matéria fundamental para a consolidação do novo Estado brasileiro.

Art 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital federal.

Parágrafo único - Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.²

O mesmo conjunto constitucional ainda atribui como função do *Congresso Nacional* a responsabilidade pela mudança da capital. Mas nos anos seguintes, o que aconteceu foi justamente o contrário. Os dois presidentes que primeiro governam sob a égide dessa Constituição inauguram seus discursos ao Poder Legislativo incluindo a interiorização da capital como um dos temas. Mas uma iniciativa concreta da mudança, apesar de uma missão de reconhecimento e estudos sobre o centro oeste, só ficou registrada nos textos discursivos e na Constituição da República, não tendo naqueles anos se concretizado.

A missão que deu origem à demarcação de terras para a construção da nova sede da União foi idealizada pelo deputado piauiense Nogueira Paranaguá com base no texto constitucional. Aprovada pelo Congresso Nacional, o presidente Floriano Peixoto cumpriu a decisão parlamentar e convocou o diretor do Observatório Astronômico do Rio Janeiro para liderar a Comissão Exploradora do Planalto Central.

Louis Ferdinand Cruls, também chamado na forma aportuguesada de Luís Cruls, era um cientista conhecido na Europa e no Brasil. Seu renome não estava apenas na astronomia, mas também tinha estudos em engenharia e geografia. Graças a sua exímia liderança, a missão ao Planalto Central até hoje é reconhecida como *Missão Cruls*.

Não apenas o currículo daquele que chefiava o grupo era extenso. A da equipe, que totalizava vinte membros, era composta por pessoas das mais variadas áreas técnicas e científicas: Eugênio Ussak, geólogo; Antônio Martins de Azevedo Pimentel, higienista; Ernesto Ule, botânico; Alfredo José Abrantes, farmacêutico; Pedro Gouveia, médico e ainda os engenheiros e astrônomos Henrique Moriz e Oliveira Lacaille. A missão contou também com a participação de alguns militares para garantir a segurança contra grupos armados e animais ferozes, além de mecânicos e estudiosos do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro para ajudar na manutenção dos equipamentos e nos estudos técnicos.

Durante dezoito meses compreendidos entre 1892 e 1893 os desbravadores liderados pelo intelectual belga fizeram grandes registros e estudos científicos sobre a alta região central do país. Ao final, estava demarcado o quadrilátero de 14.400 quilômetros onde seria construído o novo Distrito Federal.

Viajando de trem, chegaram primeiro à cidade mineira de Uberaba no dia nove de junho de 1892. Carregavam quase dez toneladas de equipamentos, partindo de Minas Gerais em direção ao planalto goiano. Como o destino final não possuía linhas férreas percorreram a cavalo e mula quinhentos e três quilômetros até chegar à cidade goiana de Pirenópolis. Passaram no caminho ainda por centros urbanos de Goiás como Catalão, Entre Rios, hoje Ipameri, e Bonfim, hoje Bonfinópolis, além de atravessar os rios Paranaíba, Veríssimo e Corumbá.

Na região de Pirenópolis tiveram a primeira dificuldade do empreendimento. Era necessário fazer o estudo topográfico da região, pois se acreditava que os montes conhecidos como Pirineus, a cerca de vinte km da cidade, alcançavam a altitude de três mil metros e assim seria o ponto mais alto do Brasil, fato destacado em muitos dos mapas que serviram de base para aquela expedição.

A medição de altitude começou desde a saída de Uberaba, para garantir com precisão todos os sítios que seriam estudados. Graças a barômetros, aneroides e ao sistema Fortin chegaram à conclusão que o pico mais alto desses morros tinha, na realidade, menos da metade do que fora cogitado. Cruls cravou um mil trezentos e oitenta e cinco metros de altitude no lugar, contribuindo assim para os estudos geográficos brasileiros.

Além da Pirenópolis, Formosa e a atual Luziânia serviram de base de apoio para as pesquisas a serem realizadas. Saindo dessa primeira cidade, o cientista belga dividiu o grupo em dois, ambos tendo Formosa como destino. O primeiro grupo, onde foi o chefe da missão, chegou em poucos dias ao objetivo passando por um chapadão e também pela Vila de Mestre D'armas, hoje Planaltina-DF, onde chegou a analisar o lago que, na época, dava nome ao município.

Como chegaram antes do segundo grupo que passou por Corumbá, Luziânia e também por Mestre D'Armas, atravessando inúmeros córregos e rios, Luís Cruls aproveitou seus quinze dias de vantagem para observar a paisagem ao redor de Formosa, inclusive a sua Lagoa Feia, que classificou como pitoresca.

Aquela região já havia causado a admiração dos expedicionários. As regiões planálticas de terrenos pouco ondulados e altitude variante entre novecentos e mil e trezentos metros eram consideradas perfeitas para sediar o novo DF. O sítio por esses homens contemplado, Adolfo de Varnhagen³ já havia relatado em seus diários em uma viagem à mesma região décadas antes.

Para o estudioso belga faltava decidir como seria a definição dos quatorze mil e quatrocentos metros quadrados do novo território. Como delimitar o espaço? Escolher as fronteiras tomando como referência rios e acidentes geográficos ou optar por um formato geométrico? Cruls pensava nas formas retilíneas de muitas das fronteiras internas dos EUA. Optou por uma opção mesclada. Formar um quadrilátero a partir de dois paralelos e as fronteiras longitudinais seriam definidas posteriormente.

A partir daí o grupo se dividiria em quatro. Cada um dos sub-grupos iria até um dos possíveis cantos do quadrilátero. Era preciso explorar as porções de cada vértice para poder demarcá-lo com exatidão. O canto norte/leste ficou a cargo de Antônio de Albuquerque, o norte/oeste ficou com Augusto Fragoso, sul/leste chefiado por Henrique Morize e sul/oeste por Cruls. Um quinto agrupamento ainda foi desmembrado para estudar a altitude da Chapada dos Veadeiros, que estava entre os lugares mais altos da região.

Três das quatro turmas que exploravam as bordas do futuro Distrito Federal já haviam chegado a Pirenópolis entre novembro e dezembro de 1892. Ali, o cientista europeu determinou que a comissão exploradora deveria voltar à Uberaba. Apenas a equipe sul/leste, que ainda não havia retornado à cidade goiana, devia prolongar sua estadia no Planalto Central e estender seu percurso até a capital do Estado de Goiás para realização de mais estudos.

Em janeiro, com a chegada de Cruls a Minas Gerais, os dois grupos fizeram contato via telégrafo, demarcando assim as posições geográficas. O chefe da Missão também fazia experimento semelhante em São Paulo e no Rio de Janeiro. Morize, que estava em Goiás, também marcou posição com Cuiabá. Curiosamente suas mensagens tiveram como contato o então tenente Cândido Rondon.

³ Conhecido também por seu título de Visconde de Porto Seguro, Varnhagen se destacou por a sua atuação política. Movido pela idéia da interiorização da capital, viajou ao Planalto Central em 1877 para estudar a região que poderia receber a nova capital. Segundo ele a capital deveria ser construída entre as lagoas Feia, Formosa e Mestre D'Armas, a mesma região indicada pelo relatório Cruls. Publicou um livro chamado "A questão da capital: Marítima ou Interior?" onde defendia a mudança.

Ainda em 1893 todos regressam a capital da República para concluir os estudos finalizar e redigir o relatório final. Um documento parcial é enviado ao Congresso e a Floriano Peixoto. Em 1894, após finalizado e analisado o estudo, o presidente reenvia Cruls ao Planalto Central para escolher o exato local da nova capital.

Dessa vez o acampamento base da equipe da Cruls ficou situado dentro da área demarcada anteriormente. Portanto, os expedicionários ficaram acampados na região do atual Plano Piloto de Brasília. Entre eles, estava o botânico francês Auguste Glaziou que defendeu a construção de um lago onde hoje é a represa do Paranoá. Após percorrer mais 700 km na região, afirmou:

Enfim, de jornada em jornada, estudando tudo: qualidade do solo, vantagem de águas, clima, caráter do conjunto da paisagem, etc., cheguei a um vastíssimo vale banhado pelos rios Torto, Gama, Vicente Pires, Riacho Fundo, Bananal e outros; impressionou-me profundamente a calma severa e majestosa desse vale. (...) ⁴

A segunda missão chefiada por Cruls ainda registrou os poucos desnivelamentos da região que ocorrem graças aos seus chapadões e tabuleiros, considerando que tal topografia facilitaria a construção de uma cidade. Os grandes desníveis como os Pireneus a oeste e Veadeiros a norte estavam excluídos do quadrilátero com esse propósito. A reserva de água potável também ganha destaque. Os rios indicados seriam o São Bartolomeu e o Descoberto. Nessa nova incursão a vida prática da nova capital já começava a ser discutida.

Outro ponto relevante levantado pela segunda viagem da Comissão foi a idealização de uma ligação entre Belém e Brasília. Essa ligação seria férrea até a altura dos rios Paranã e Tocantins e de lá seguiria na forma fluvial com objetivo de estabelecer uma ligação de barato custo entre diferentes regiões do país. Ao ligar a pequena extensão ferroviária que, partiria da nova capital à imensidão da bacia amazônica, a interiorização cumpriria um de seus principais objetivos: a integração nacional.

A Missão Cruls teve relativa repercussão entre intelectuais e políticos da época. Machado de Assis⁵, fundador da Academia Brasileira de Letras, escreve cinco vezes a seu respeito em periódicos cariocas, como aponta José Adirson de Vasconcelos. O escritor imortal usa inclusive de ironia ao chamar o Rio de Janeiro como “capital interina”, diz que visitaria o Planalto Central e profetiza que sua cidade jamais perderia o brilho cultural e sempre seria considerada como a histórica capital do Brasil.

Após o governo do “Marechal de Ferro”, a continuidade do trabalho é interrompida, assim como as manifestações de apoio à transferência da capital praticamente silenciaram. O

⁴ GLAZIOU apud CRULS, Luiz. Planalto Central do Brasil. Rio de Janeiro-RJ: Livraria José Olympio Editora, 1957. Pg. 330

⁵ VASCONCELOS, Adirson de. A Mudança da Capital. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. Pg. 196.

novo presidente, Prudente de Moraes, não compartilhava das mesmas ideias de seus dois antecessores. Para Prudente, que fez oposição a eles, não seria um bom caminho político prosseguir com os planos dos militares. Outra hipótese levantada para o abandono temporário do assunto é que a construção de Brasília levaria um novo pólo de desenvolvimento interiorano que poderia rivalizar com o estado de São Paulo cujos interesses eram obviamente defendidos por Moraes. Porém, as intenções interiorizadoras nunca desapareceram da pauta Congresso Nacional. Mantinham-se vivas principalmente pela ação dos políticos oriundos dos estados postulantes a receber a nova capital brasileira.

Parlamentares mato-grossenses, baianos e até paulistas discursaram a respeito da mudança sede da República para o interior. Porém os mineiros e principalmente os goianos, graças ao *quadrilátero Cruls*, foram as vozes mais fortes na defesa dessa iniciativa. Cabe destacar a atuação da tradicional e poderosa família Caiado do Estado de Goiás, que desde esse período até o derradeiro governo de Vargas tiveram enorme participação na articulação mudancista dentro do parlamento brasileiro.

O ano de 1911 foi marcado por um grande manifesto de Nogueira Paranaguá no Congresso Nacional. O político, que já havia sido governador do Piauí, deputado constituinte e senador, publicou uma carta aberta ao presidente da República e aos seus colegas parlamentares. Suplicava a urgência da transferência da capital.

O piauiense destacou várias razões históricas para a mudança. A primeira delas seria a Inconfidência Mineira, que segundo ele tinha entre seus objetivos a interiorização da cidade-sede do Governo. A primeira exaltação da pátria era favorável a saída da capital da cidade do Rio de Janeiro.

Não escondeu seus temores pela segurança de uma capital litorânea. Lembrou-se dos holandeses quando da invasão de Pernambuco e de que o Rio já vivera a situação da França Antártida. Sustentou que as principais capitais da Europa como Roma, Paris, Berlim, Madri, eram interioranas. A exceção era a portuguesa Lisboa. Mas isso se deveu a um mecanismo de defesa contra os espanhóis.

As capitais americanas seguiam a mesma orientação como aconteceu no México e também no Peru. Apesar da proximidade com o litoral, Lima não tinha contato direto com o oceano. Washington era o melhor dos exemplos. Os norte-americanos haviam construído uma capital no interior, negligenciando a cidade de Nova York, que deveria continuar sendo sua principal metrópole, industrializada e desenvolvida. O exemplo dos Estados Unidos de afastar a capital da agitação de uma complexa cidade portuária, industrial e comercial foi extremamente exaltado:

Ainda mais, pelo seu extraordinário movimento comercial é uma cidade cosmopolita, onde o sentimento patriótico está fracionando de acordo com os elementos heterogêneos que nela vivem; e o seu crescente movimento industrial,

escolar e militar demonstra que o governo não pode ter aí a tranqüilidade e calma necessárias à resolução dos grandes problemas vitais da Nação.⁶

Além do problema da segurança, Paranaguá apontava as benesses que uma capital centralizada traria para o desenvolvimento brasileiro. Denunciou que muitos dos filhos das elites do norte e do sul do país conheciam mais as universidades europeias do que o Rio de Janeiro. Que isso se dava pela localização da cidade em apenas um canto do Brasil e destacou o discurso de José Bonifácio na constituinte de 1823 defendendo os mesmos argumentos que ali apresentava.

Muitos outros defenderam os ideais mudancistas e o parlamentar nordestino não se esqueceu de citá-los na carta. Ressaltou o relatório apresentado por Varnhagen ao governo do Império em 1877, exaltou o marquês de Paranaguá que desejava ver a capital nas proximidades de Monte Alto às margens do rio São Francisco e próxima às divisas dos estados da Bahia e de Minas Gerais. Dentre os adeptos de sua ideia, um de seus conterrâneos recebeu um destaque especial:

Em 1873, o abnegado republicano piauiense, David Moreira Caldas, jornalista notável, publicou um artigo sensacional, no seu memorável jornal *O Oitenta e Nove*, no qual predizia ser a República proclamada em 1889, como felizmente aconteceu, e que a capital nacional seria transferida para a Ilha do Bananal, ilha paradisíaca, formada pelas águas majestosas do caudaloso rio Araguaia. A convicção do grande propagandista republicano piauiense de que a República seria proclamada em 1889 era tão profunda que mudou o nome de seu periódico de *O Amigo do Povo* para o de *O Oitenta e Nove*, que se tornou histórico⁷.

Ressaltou livros de ideologia favorável a mudança como *A Capital Federal e a Constituição da República* de João Coelho Ribeiro e *História da Mudança da capital federal para o interior do Brasil* de Antônio Martins de Azevedo Pimentel.

Para Nogueira Paranaguá a interiorização também seria benéfica para agilizar e resolver os problemas de comunicação que o vasto território brasileiro possuía. Além da proximidade com as mais diversas regiões do país, que barateariam a comunicação com a capital, a nova cidade também auxiliaria no contato com os países vizinhos. Além disso, contribuiria com o povoamento da fronteira e da região compreendida entre os rios Araguaia e Javari.

Apesar da boa repercussão dessa Carta Aberta, sua mensagem foi mais internalizada no campo das ideias do que aplicada no campo da ação. Durante os onze anos seguintes poucos deputados se aventuraram a defender a interiorização. A ideia mais eufórica foi do deputado goiano Americano do Brasil. Para ele a imediata construção da nova capital poderia

6 Página 6 da Carta Aberta de Nogueira Paranaguá.

7 Anais da Câmara dos Deputados 1911, vol. VII, p. 358, sessão de 9 de novembro de 1911.

ter seus custos simplificados caso as companhias privadas que trabalhassem em sua construção ganhassem benefícios e concessões como estradas, ferrovias e direito de exploração da terra.

Em 1922, durante as comemorações do Centenário da Independência o Congresso Nacional aprovou o lançamento da pedra fundamental da nova capital na então cidade goiana de Planaltina. O presidente Epitácio Pessoa sancionou o projeto e autorizou sua execução. Contudo, essa iniciativa não teve repercussão e não contou com a participação de importantes políticos do cenário nacional e nem com a cobertura dos principais jornais. A placa foi feita em São Paulo e levada sem muito alarde à Goiás. No Rio de Janeiro apenas o periódico *A Noite* mandou um correspondente para cobrir o acontecimento.

Os eventuais interesses em transferir a capital para a *hinterlândia*⁸ brasileira não foram tão demarcados durante a Era Vargas, embora a letra constitucional mantivesse as intenções de interiorizar a capital.

A Constituição Federal de 1934 propunha em suas *Disposições Transitórias* a mudança do Distrito Federal em apenas um artigo. Muito diferente da atenção dada pelos constituintes do final do século XIX.

Art 4º - Será transferida a Capital da União para um ponto central do Brasil. O Presidente da República, logo que esta Constituição entrar em vigor, nomeará uma Comissão, que, sob instruções do Governo, procederá a estudos de varias localidades adequadas à instalação da Capital. Concluídos tais estudos, serão presentes à Câmara dos Deputados, que escolherá o local e tomará sem perda de tempo as providências necessárias à mudança. Efetuada esta, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.

Parágrafo único - O atual Distrito Federal será administrado por um Prefeito, cabendo as funções legislativas a uma Câmara Municipal, ambos eleitos por sufrágio direto sem prejuízo da representação profissional, na forma que for estabelecida pelo Poder Legislativo federal na Lei Orgânica. Estendem-se-lhe, no que lhes forem aplicáveis, as disposições do art. 12. A primeira eleição para Presidente será feita pela Câmara Municipal em escrutínio secreto.⁹

Embora, a lei magna registrasse que o presidente devesse nomear missão para tal fim, isso não se concretizou. Naquele contexto Vargas tinha outras preocupações. Três anos mais

⁸ Termo muito comum para se referir às terras do interior do território brasileiro em várias fontes desse estudo, do original do alemão Hinterland, que, grosseiramente, significa terra detrás do porto. Segundo o dicionário Michaelis de Língua Portuguesa:

hinterlândia

• sf (al Hinterland)

Interior.

Território afastado do litoral ou dos centros industriais e comerciais.

Sociol Área que é fonte de sustento e de matérias-primas para uma metrópole industrial, e que constitui, ao mesmo tempo, mercado para as suas manufaturas.

⁹ Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.

tarde instalaria no país a ditadura do Estado Novo, que duraria mais oito anos e com os anteriores completaria os quinze anos do que se convencionou a chamar de seu primeiro governo.

A constituição do Estado Novo outorgada em 1937, não fez referência à mudança da capital brasileira, mas ainda assim pode-se perceber que os ideais mudancistas resistiram. Ao analisarmos o artigo sétimo da constituição. Esse item legal roga que “o **atual** [grifo nosso] Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será administrado pela União.” O termo, por nós grifado, indica uma certa condição provisória ao Rio de Janeiro como sede do governo.

Nesse primeiro período a frente da presidência da República, Getúlio dá pouca atenção aos ensejos da transferência da capital para o interior. Preocupa-se mais com ocupação do Brasil central como apoio para o fornecimento de alimentos e matéria-prima para a na industrialização recém-iniciada região sudeste do país, em um movimento mais representativo do que efetivo que ficou conhecido como Marcha para o Oeste. Curiosamente, em seu mandato ocorrido nos 1950 o presidente solicita o relatório *Belcher* e inicia os trabalhos de uma comissão de mudança para a nova capital.

Capítulo 2 – O Discurso e o Movimento

Getúlio Vargas foi um presidente que sabia exatamente o que falar, quando falar e o como falar. Mesmo sem jamais vê-lo, boa parte da população brasileira nutria uma relação de profunda intimidade, boa ou ruim, com a sua figura. É como se ele fizesse parte de cada família, ou até como se todas as famílias brasileiras fossem apenas uma, liderada por ele, seu pai.

A imagem do presidente estava sempre presente mediante as ações do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e de um programa institucional de rádio, transmitido todos os dias, às 19:00 horas, em cadeia nacional. Esse programa recebeu o nome de Hora do Brasil. Por ouvir esse programa a maioria dos brasileiros se sentia plenamente informada sobre o que acontecia no âmbito governamental.

Muitos autores como Cassiano Ricardo e Alcir Lenharo defendem a tese de que o Brasil é uma espécie de democracia sentimental onde “a imagem fala mais ao sentimento do que a razão”.¹⁰ Embora o país não vivesse um regime democrático durante a Era Vargas, esse argumento exemplifica muito bem a relação entre a população e seu governante.

A Marcha para o Oeste é um grande expoente dessa máxima. Um discurso proferido pelo presidente Vargas em Goiânia produziu grandes repercussões na sociedade e no Congresso Nacional. Esse discurso amalgamou-se a uma grande produção de imagens que difundiu a ideia de uma nação que pelas próprias forças caminhava em busca de sua concretização.

A representação que se firmou era a de que o Brasil que queria ser grande deveria também consolidar seu território. A concepção do país como um grande arquipélago demográfico, onde a população se concentrava em pequenas e localizadas áreas, maioria das vezes próximas à faixa litorânea, deveria ser modificada. Esse coletivo de ilhas cortadas por verdadeiros desertos e selvas deveria se expandir.

O arquipélago tornar-se-ia um continente e esse processo transformaria o país, ajudando-o em sua grande meta: o crescimento econômico. Era preciso coincidir a fronteira econômica brasileira com fronteira política com os países do continente sul-americano. O oeste simbolizava o primeiro passo, que incluía ainda a ocupação amazônica.

Ocupação que começara desde os tempos coloniais. A Marcha para o Oeste seria o novo bandeirantismo, pois a figura do bandeirante representaria o verdadeiro brasileiro. Ele simbolizava o contato de três etnias: a branca, a negra e o índia. Obviamente, toda a parte violenta dessa relação deveria ser olvidada para o sucesso da construção dessa imagem.

Buscava-se fazer desse antigo explorador um exemplo de líder, que enfrentava os desafios de uma nova era e sabia perfeitamente conduzir sua família e seus liderados rumo à

10 RICARDO; Cassiano apud LENHARO, Alcir. Sacralização da Política, p. 54.

hinterlândia brasileira, o que deveria corresponder à própria vocação nacional, uma vez que, durante o processo, o país se fecharia a influências externas priorizando a busca de sua própria identidade.

Limitar a influência estrangeira não significava apenas uma ufanista busca por essa identidade. O governo também sabia que esse nacionalismo exacerbado poderia contribuir para evitar à infecção ideológica socialista no Brasil. A busca pelo nacional refletiria um Brasil que almejava encontrar e/ou criar suas próprias ideologias e não adotar alguma oriunda do exterior, como o socialismo, por exemplo.

A entrada no interior do território brasileiro representou também a (re)descoberta das cores pátrias. O verde das matas, o azul-anil do céu que se tonifica quanto mais distante do litoral, as pétalas das flores e a plumagem das aves: amarelo, azul, laranja, preto, vermelho. Nada estaria mais na essência do país como a cor vermelha, pois era vermelho o primeiro interesse dos europeus nessas terras e desse rubro interesse nasceria o próprio nome da nação. Outros animais como a anta, a onça-pintada, o veado, e os peixes também eram ricos em cores. Enfim, o Brasil era representado por um país colorido.

Esse colorido foi altamente ressaltado nas músicas de muitos compositores durante o período, principalmente por Villa-Lobos, que trabalhara intensamente a favor do regime. Todas essas composições contaram com a rica facilidade de se achar uma rima para *Brasil*.¹¹ Dessa maneira, no imaginário da Marcha para o Oeste havia letra e música. Brasil/Anil/Encantos Mil...¹²

O desenvolvimento dessa ocupação estava inserido no contexto da valorização de um governo central forte em contraposição ao modelo federalista adotado durante a primeira República. O presidente brasileiro, no intuito de fortalecer esse sistema, promoveu inclusive uma cerimônia com a queima das bandeiras estaduais. O momento era de união nacional e canções como *Aquarela do Brasil* de 1939 simbolizavam esse sentimento.

Dessa maneira, muitos foram os brasileiros que atenderam ao apelo de Getúlio Vargas e se lançaram ao desafio da colonização do Centro-Oeste e da Amazônia. No entanto, o próprio presidente não dá grande destaque em suas ações à realização efetiva desse movimento. Prevaleceu mais a força do discurso de persuasão do que a realidade do que um real movimento de interiorização.

O histórico discurso do presidente Vargas, proferido em visita à Goiânia em agosto de 1940, não foi sequer digno de nota em seu próprio diário. Os dois dias que antecederam a viagem ao estado de Goiás registraram apenas a informação “sem novidades”¹³. O roteiro da

11 Desde a poesia romântica do século XIX, que cultuava a sonoridade da vogal, o brasileiro dá suma importância às rimas, que praticamente compõe a sua essência.

12 LENHARO; Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papirus / Editora da Unicamp; 1986. Pg. 60.

13 VARGAS, Getúlio. *Diário – Volume II: 1937/1942* (Edição de Leda Soares). São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. p. 330

viagem foi condensado em poucos parágrafos que mais deram destaque à passagem pela Ilha do Bananal, hoje Tocantins, do que ao período em que o presidente esteve na capital goiana.

Registrou que a cidade era nova e tinha apenas cinco anos. Referiu-se a um almoço no dia da despedida e a uma reunião com o interventor no estado, sem citar seu nome, fato não muito comum de se constatar em suas anotações pessoais, ainda mais por se tratar de um aliado como Pedro Ludovico Teixeira, que segundo o próprio presidente, em discurso na capital goiana, foi um de seus grandes aliados desde a Revolução de 1930.

Nesse referido discurso, realizado após um banquete oferecido por Pedro Ludovico, Vargas elogia o povo goiano, sua força, sua beleza e a capacidade de “construir – diria melhor – improvisar em pleno descampado, uma cidade como esta – a segunda do Brasil edificada de acordo com um plano urbanístico, atendendo [...] às exigências do crescimento demográfico e econômico do Estado”.¹⁴

A nova sede do governo goiano havia sido construída não apenas para dar melhores condições de vida à população do estado. Estava inserida também em um processo de modernização estadual. Tal modernização colocava-se em meio aos interesses estado-novistas que visavam inclusive minar o poderio de famílias tradicionais, como o grupo político dos Caiado. Famílias estas, pouco alinhadas com a “causa” nacional.

O presidente elogiou o fato da construção da cidade não ter extrapolado o orçamento previsto e ter sido realizada com os recursos arrecadados pelo governo local. A arrecadação teria triplicado nos últimos dez anos e Goiás estaria se inserindo no progresso geral da nação, em contrapartida aos tempos anteriores quando a região era lembrada apenas para arranjos políticos.

Era necessário lembrar a participação do Estado Novo nesse processo. Antes, os goianos estavam à margem do país porque não costumavam receber recursos e atenção. Tão logo o governo nacional começa a repassá-los, o estado consegue mostrar ao Brasil a grandiosidade de sua ação organizadora.

Getúlio lembra que durante o Império e a República Velha o crescimento brasileiro atendeu a uma forma longitudinal e costeira, agora seria a hora de estender-se através do sentido dos paralelos.

Goiás estaria no núcleo da questão, pois não estava apenas na região central, mas entre os lugares mais altos do país, de onde se poderia observar toda a imensidão territorial brasileira. Também gozava de uma enorme facilidade de comunicação com resto do Brasil, inclusive pela proximidade das cabeceiras das bacias hidrográficas nacionais. Era considerada uma terra fértil, onde certamente se instalariam os celeiros do país que a partir de lá seriam

¹⁴ VARGAS; Getúlio. Atualidade e futuro de Goiás. Terceira Página do Discurso disponibilizado pelo site da Biblioteca da Presidência da República

espalhados, assim como a onda civilizadora, por todo o Oeste e Noroeste da pátria, graças a essa facilidade geográfica.

O curto discurso presidencial refletia mais um enaltecimento àqueles a quem visitava, um agradecimento pela acolhida e principalmente pelo apoio dado ao regime varguista do que propriamente uma convocação para marchar sobre o vazio.

Obviamente, quem o proferiu sabia das qualidades geográficas da colonização e ocupação da região. Era ideal para abastecer e produzir matéria-prima para o sudeste, em processo crescente de industrialização e vital para um futuro povoamento das fronteiras brasileiras, mas jamais chegou a ser uma política de Estado fortemente edificada.

Quando regressou ao Rio de Janeiro, o presidente teve uma reunião com seu ministro da Agricultura, cujo tema era a colonização de Goiás. Três dias depois, em encontro com o ministro da Viação, encomendou um estudo sobre as vias férreas do estado central. No mais, registrou em seu diário apenas uma nota sobre os vários cumprimentos que havia recebido pela viagem após ter retornado à capital.

Para as pessoas que escutaram o discurso de Vargas, este foi um verdadeiro chamado para marchar sobre o deserto demográfico. Era preciso estimular a presença no interior do país e fazer do centro-oeste um lugar demograficamente mais povoado.

A ação mais efetiva do governo federal naqueles anos, em relação à ocupação do interior brasileiro foi o estímulo à criação das chamadas Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), com o objetivo de orientar a ocupação de espaços ainda virgens. Ceres em Goiás, a primeira das oito estabelecidas e Dourados, no então estado de Mato Grosso foram as mais famosas. Inclusive na região da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, observou-se o surgimento de uma colônia nas proximidades da cidade de Nova Friburgo. Tais assentamentos previam a reunião de cerca de quatro mil famílias.

Não havia legislação específica para esses agrupamentos e nem para o trabalhador do campo, uma vez que a CLT contemplava apenas os trabalhadores das cidades, pois Getúlio visava estimular o trabalho industrial. Havia sim um mecanismo na lei brasileira que previa o uso social da terra. Com esse argumento, a Justiça autorizou algumas desapropriações, mas de forma um tanto tímida. As CANs poderiam ser consideradas como uma alternativa à reforma agrária, que havia se tornado uma utopia, mesmo após a aprovação do Estatuto da Lavoura Canavieira, que evidentemente pouco alterou a realidade da questão social do trabalhador rural.

Por mais que percebamos a importância dessa iniciativa principal por parte do governo central, o que se viu foi a delegação dessas colônias aos estados e a constituição de vários assentamentos em torno daquelas organizações chamadas de nacionais. Muitos governos estaduais e municipais, por iniciativas próprias, organizaram colônias no entorno dessas áreas federais, aproveitando o atrativo da região após ter recebido a chancela federal. Em muitos

casos haviam, inclusive, colônias particulares. No caso mato-grossense, por exemplo, pode-se verificar a coexistência de todas essas categorias.

Sobre influência federal, estadual, municipal ou privada, a região Centro-Oeste recebeu um interessante contingente populacional, oriundo de diversas regiões brasileiras. Paranaenses e gaúchos, por exemplo, migraram preferencialmente para os atuais estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, o que permitiu, nos anos seguintes, alcançar a região Norte através do estado de Rondônia.

Ao analisarmos a preocupação de organizar parte do efetivo colonizador talvez tenha tido como objetivo evitar a ocorrência de conflitos no campo. É bom ressaltarmos que, ao assumir o governo, Vargas ainda teve de enfrentar problemas relacionados à terra. O cangaço no Nordeste exemplifica isso.

Nessa medida, na própria nomenclatura do movimento (marcha) verificamos a inspiração num militarismo com fim de representar disciplina. O movimento harmônico dos passos dos soldados exemplifica a sincronia que a Presidência da República almejava estabelecer com seus interventores e com a população brasileira. A imagem dos marchadores deveria também se sobrepor a da Coluna Prestes, que embora estivesse incluída no bojo do tenentismo, não tinha a ordem e a coesão necessária e também ficou conhecida por um nome que, naquele momento, representava um inimigo do Estado: o comunista Luís Carlos Prestes.

Apesar da relativa atenção da União, podemos entender como sucesso a conquista sobre o Oeste através da óptica do aumento populacional da região. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população residente no Centro-Oeste em 1940, ano do lendário discurso, era de 1 088 182 pessoas. Nos dez anos seguintes, esse número subiu para 1 730 684 habitantes, representando um aumento demográfico de, aproximadamente, 59%, superior à média nacional que não ultrapassou os 26%.

Em 1948, o deputado goiano Jales Machado proferiu um grande discurso na Câmara dos Deputados com o intuito de prover uma organização do movimento interiorizante. Provando que mesmo registrando certo desenvolvimento econômico e crescimento demográfico, as críticas à Marcha para o Oeste nem sempre foram positivas. A intencionalidade do povoamento era quase um consenso, mas a forma como foi processada nem sempre provocou elogios.

Afirmou que a questão dos transportes fora mal resolvida durante o processo e deveria ser o item principal do plano SALTE do presidente Dutra, ao qual esperava sucesso. O transporte, segundo suas palavras, seria vital para a organização de outros quesitos como: saúde, alimentação e energia.

A construção de estradas, que mereceu uma citação à Washington Luís, facilitaria o processo de “fixação espontânea à gleba”¹⁵ por parte da população, além de conferir mais

15 CONGRESSO NACIONAL. Diário do Congresso Nacional – Terça-Feira, 27 de julho de 1948. Rio de Janeiro, 1948. P. 6121

disciplina à empresa, uma vez que as rodovias seriam o marco da presença federal na ação rumo às terras ocidentais do país.

O congressista propôs, com a demonstração de mapas registrados (em anexo nas páginas 33 e 34) pela mesa da Câmara, a construção de uma rede rodo-fluvial para a integração do setor dos transportes. Chegou a debater a questão entre rodovias e ferrovias, mas concluiu que a opção pela malha rodoviária traria mais benefícios com a futura instalação da indústria automobilista.

Uma das suas propostas era justamente a de construção de uma rodovia levando Anápolis à porção navegável do rio Tocantins, dali a rede seguiria fluvialmente até a capital do Pará. Ideia muito semelhante à proposta pela Missão Cruls, que já previra a substituição dos trens por automóveis.

A proposição do parlamentar demonstra como era necessária a melhoria na ligação entre o Norte e o Sul do país, partindo da cidade de Belém e alcançando as ferrovias do planalto brasileiro. A concretização da Belém-Brasília, construída durante os Anos JK, nos permite ver como esses projetos foram executados e obtiveram relativo êxito.

Tal estrada percorre várias rodovias federais durante o trajeto entre a capital federal e a paraense. Em seu maior trecho a rodovia é a BR-153, que sai do sul do Pará e vai até a região sul, percorrendo, em boa parte, de forma paralela o leito do rio Tocantins e passando pela cidade de Anápolis-GO, onde se encontra sua ligação com Brasília. Nessa cidade goiana também se encontra o hoje conhecido Porto Seco do Centro-Oeste, que leva a produção goiana até o Porto de Santos em São Paulo. Iniciativas recentes, como a ferrovia Norte-Sul também acompanham o mesmo trajeto.

Em seus planos, Jales Machado também idealizava uma rodovia entre Anápolis e o atual estado do Acre. Rodovia que também foi erguida durante o governo de Juscelino Kubitschek, que comumente era fotografado perto de árvores tombadas durante a construção dessas estradas. A diferença dos projetos decorre do fato do deputado goiano propor um trecho do percurso em terras bolivianas e a rodovia serviria também para integração com Paraguai, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia.

A ligação viária serviria para acelerar a Marcha para Oeste, prejudicada por uma paradoxal lentidão do progresso. A missão civilizadora esbarrava na confusa colonização de forma privada e isolacionista através de seus núcleos regionais.

Nesse momento a proposição de construção de uma nova capital aparece como complementar ao processo de conquista do interior brasileiro. Ao contrário de propostas anteriores que, utilizavam a nova capital para povoar a região central, dessa vez a cidade funcionaria como catalisadora do movimento já em andamento, uma vez que a marcha já era efetivamente uma realidade.

A colonização regional vivenciada pelo Brasil desde os tempos do domínio português representava uma atrocidade na visão do orador. A sede do governo no Rio Janeiro era como se um corpo, no caso o brasileiro, possuísse seu coração no abdômen e não no tórax. Em lugar de a ocupação acontecer de forma regional, próxima ao litoral, como se deu no passado, nesse momento era posto que devesse ocorrer de forma integral, por toda a vastidão do território brasileiro, através de um plano nacional com presença do Estado.

Dessa forma, atenderia também aos planos iniciais de Vargas, que descartou o federalismo em prol de um Estado unificado, centralizado e forte. A Marcha para o Oeste poderia ser identificada, como uma das metas para se alcançar o objetivo da centralização geopolítica. Por meio da conquista sobre o vazio se completaria a integração da pátria e a unidade nacional.

As consequências da marcha foram duradouras e permaneceram durante o governo Dutra. Apesar de mais restrita do que preconizava o discurso governamental, não deixou de ser um grande passo para a efetiva conquista do Planalto Central e da construção de Brasília. Muitas ideias defendidas nesse momento, como as formuladas por Jales Machado, foram adotadas na gestão de Juscelino no intuito de melhorar a integração das regiões brasileiras, o que mostra a importância desse movimento para a fundação de uma nova capital no centro do país.

Capítulo 3 – Da Marcha à JK

A ditadura varguista termina em 1945 e no ano seguinte é promulgada uma nova constituição. Nesse novo texto a causa da transferência do Distrito Federal é novamente considerada. Dessa vez no Ato das Disposições Transitórias que diz o seguinte:

Art 4º - A Capital da União será transferida para o planalto central do País.

§ 1º - Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma Comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova Capital.

§ 2º - O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3º - Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da Capital.

§ 4º - Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.¹⁶

A Constituinte de 1946 foi marcada por uma enorme discussão sobre a mudança da capital. A ideia de incluir um preceito constitucional idêntico ao de 1891 foi do ex-presidente Arthur Bernardes, penúltimo homem a chefiar o Executivo durante a República Oligárquica, e que continuou mudancista durante os vinte anos posteriores a sua saída da presidência.

Café Filho chegou a defender a cidade de Goiânia, como futura sede da União. Contudo, outros dois grupos se articularam em favor de seus estados. De um lado os mineiros que defendiam o Triângulo Mineiro como sede da futura capital, do outro, lideranças tradicionais goianas defendiam a manutenção do *Quadrilátero Cruls* como opção.

Curiosamente dentro do grupo de Minas estava um jovem político do PSD, Juscelino Kubitschek. A bancada ainda contava com o apoio de Benedito Valadares, Daniel de Carvalho e também Israel Pinheiro. As motivações para a alteração da localização original da futura capital, como previsto no século XIX, para novo local no sudoeste mineiro eram claras: um custo de construção consideravelmente menor devido à maior proximidade dos grandes centros urbanos e econômicos do país somada à preservação de interiorização em relação ao centro geográfico do Brasil.

Se assim fosse decidido o novo Distrito Federal poderia ter como sede uma das grandes cidades da região: Uberaba ou Uberlândia. Os entusiastas de Minas Gerais contavam com um estudo realizado pelo engenheiro Lucas Lopes para fundamentar sua posição.

Entre os constituintes que defendiam a localização na nova capital no estado de Goiás estavam Pedro Ludovico Teixeira, responsável pela mudança da capital goiana da *Villa Boa de Goyaz* para a nova e moderna Goiânia; João d'Abreu, Diógenes de Magalhães e novamente

16 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946.

parlamentares próximos a família Caiado, que ironicamente era rival dos Teixeira. Alguns até aceitavam Goiânia como sede provisória da República, mas a construção de uma nova cidade de acordo com as orientações de Luís Cruls era vital para esse grupo.

Estava evidente que onde se situasse a nova capital ela traria grandes benefícios ao centro do país. Estrategicamente era bom para o Brasil e do ponto de vista do desenvolvimento traria grandes benefícios à região que a recebesse.

Foi realizada uma votação a fim de definir o sítio da nova capital, uma vez que a inclusão desse preceito constitucional já estava acordada. O pleito foi apertado e a vitória da localização no Planalto Central se deu por cinco votos.

Em abril de 1950, o deputado goiano Caiado de Godói¹⁷ defendeu na Câmara dos Deputados a ampliação da estrada de ferro de Anápolis-GO até Formosa-GO. De lá partiria também outra extensão à Estrada de Ferro Central do Brasil em Pirapora-MG. O colega mineiro, Diógenes Magalhães explicou ao também deputado Coelho Rodrigues que a extensão Pirapora-Formosa seria de 406 quilômetros, mas que permitiria que essas duas ferrovias pudessem demandar a produção até a cidade de Peixe, então Goiás, no leito do rio Tocantins e de lá até Belém do Pará.

Ao fim do pronunciamento de Caiado de Godói, ele foi aplaudido e bradado pelos colegas. A execução desse projeto indo adiante não apenas teria ajudado a integrar economicamente a região, mas também teria facilitado, em um futuro próximo, a construção do novo Distrito Federal, uma vez que o município de Formosa cederia parte de seu território para esse empreendimento.

Sabe-se que, durante a construção de Brasília, grande parte do material foi transferido por trens que paravam em Anápolis e de lá para caminhões que empacavam em intermináveis filas de espera, que contavam dois dias, para levar maquinário, equipamentos, cimento, vigas, areia, entre outros através de uma estrada precária até o gigantesco canteiro de obras. Fato que onerou bastante os custos do empreendimento.

O próprio discurso que Jales Machado profere na Câmara dos Deputados demonstra como a questão da interiorização da capital brasileira ganha um reforço com todo o sentimento envolvido na Marcha para o Oeste. Com a eleição de Dutra à presidência, os ideais mudancistas ganham um adepto de peso.

Passada a constituição, os representantes de Minas Gerais continuaram lutando nas instâncias possíveis pela transferência que lhe seria mais benéfica, para um sítio no Triângulo Mineiro. Dentre essas instâncias, destaca-se a Comissão de Estudos para Localização da Noca Capital do Brasil, convocada pelo presidente Dutra para atender às diretrizes constitucionais. A comissão ficou mais conhecida através do nome do general que a chefiou, Polli-Coelho, do que por seu nome oficial.

A comissão tinha membros de vários estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, além de representantes dos dois estados postulantes (GO e MG). Foi dividida em subcomissões: Investigação Geográfica e Secções de Serviços. O *lobby* mineiro viu ali a oportunidade de desqualificar a opção goiana e assim fazer a alteração que o beneficiasse.

Tal fato acontece porque foi dada para a análise do gal. Djalma Polli-Coelho uma área superior àquela demarcada pela Missão Cruls. O engenheiro Lucas Lopes, mineiro e autor do estudo que serviu de base para a defesa do Triângulo Mineiro(TM) durante a constituinte, aproveitou-se da indecisão sobre a área e reaproveitou seu trabalho colocando a região que considerava ideal novamente em pauta.

A opção levantada é prontamente combatida pelo chefe da comissão, que já considerava a localização da capital fechada desde a Constituição de 1891, cabendo naquele momento apenas verificar em qual local específico dentro do planalto goiano se ergueria a cidade.

Ignorando a oposição de Coelho, Lopes atua na Subcomissão de Investigação Geográfica e aprova um relatório desconsiderando o Quadrilátero Cruls como possível sítio da nova capital. Além da ausência do general, a comissão contava com a baixa de Jerônimo Coimbra Bueno, em campanha pelo governo do Estado de Goiás, outro fator que foi decisivo para a aprovação desse relatório.

Bueno saiu vitorioso do processo eleitoral. Com a força de governador eleito interveio para que a definição de construção da nova capital em território mineiro não fosse chegasse a ser definitiva. Apoiou o representante goiano nessa subcomissão e conseguiu que o parecer definitivo só fosse apreciado depois de uma avaliação *in loco* nas localidades apontadas no século XIX.

Apesar de positiva para os goianos, tal situação atrasou os trabalhos da Comissão. Para evitar que Goiás fosse privilegiada, todos os possíveis sítios, incluso o Triângulo Mineiro, foram visitados. O Estado-Maior das Forças Armadas se manifestou favorável à opção histórica (Cruls) e a votação dentro da Comissão Polli-Coelho foi apertada, sete a cinco, e acompanhou o desejo dos militares.

A Comissão verificou também a questão dos transportes e o andamento das obras viárias e ferroviárias. Das análises das ferrovias e rodovias que teriam sido erguidas desde o período da Marcha para o Oeste até a necessidade de erguer novas vias.

O presidente Dutra foi notificado do resultado e de pronto enviou uma mensagem denominada *Mensagem de Corumbá* (MT), sobre a mudança da capital, ao Congresso Nacional. No informe recomenda a opção pelo famoso Quadrilátero do estado de Goiás que dispensaria a realização de uma etapa para a demarcação de terras.

Nesse período, o próprio IBGE, que havia sido fundado por Vargas na década anterior, apontou em relatório que a transferência da capital para o interior contribuiria perfeitamente

para o povoamento e ocupação do Centro-Oeste e do oeste amazônico, ajudando dessa maneira a defender as fronteiras nacionais. Podemos pensar que esse estudo pode ser identificado como um excelente complemento para a Marcha para Oeste, embora mais uma vez não tenha produzido grandes efeitos na sociedade brasileira.

Em 1953, pouco mais de seis anos de promulgada a Constituição, Getúlio Vargas, novamente presidente da república, sancionou a lei 1803 que indicava os últimos estudos para a transferência da capital, de acordo com o relatório da Comissão Polli-Coelho. É curioso como o termo *estudos definitivos* aparece com frequência durante os trabalhos de averiguação para a nova capital. Essa terminologia parece remeter ao governante que a emprega o fator de definição, de responsabilidade para seu autor.

Assim como foi indicado pela Constituição de 1891, a lei 1803 autoriza estudos para a criação do Estado da Guanabara quando o Distrito Federal transladar-se do Rio de Janeiro para o Planalto Central. A tese do novo estado foi abordada em diversas constituintes e a Guanabara chegou a ganhar uma estrela no pavilhão nacional a fim de indicar na bandeira o desejo pela nova capital e também por fazer da cidade do Rio de Janeiro uma nova unidade federativa, para que ela não perdesse seu prestígio e força política.

Os trabalhos indicados por Vargas realmente darão letras finais à questão. O regimento legal estabelece uma última avaliação técnica em relação à localização como clima, paisagem, abastecimento de energia elétrica e água, proximidade de terras cultiváveis, solo, topografia e acesso às vias de transporte, como exemplo a construção e ampliação da malha viária do país. A construção de rodovias deveria se integrar aos planos de construção da nova capital, por meio do Plano Geral de Viação Nacional.

Toda a base do estudo visava planejar uma cidade que recebesse o contingente de quinhentos mil habitantes. O concurso público lançado para o plano piloto da cidade durante o governo JK apenas seguiu essa diretriz. Segundo os planos dos construtores de Brasília tal marca seria alcançada no ano 2000, data onde a população residente no DF marcaria quatro vezes esse valor, excluindo as áreas do Entorno.

A lei também ordena que as secretarias e autarquias do Governo Federal elaborem um plano de mudança para seus órgãos e representações, assim como exige a mesma postura dos poderes Legislativo e Judiciário. Esses estudos de mudança constituiriam o Plano Geral da Mudança da Capital e deveriam ser aprovados pelo Congresso Nacional assim que fossem apresentados por seus elaboradores.

A curiosidade reside no ponto em que esse plano foi utilizado por Juscelino e pela NOVACAP no mesmo concurso público que teve Lúcio Costa como vitorioso para o projeto urbanístico da nova capital. A *Esplanada dos Ministérios* elaborada por ele continha o número de prédios necessário para cada ministério apontado por tal relatório.

O mesmo não se repetiu com os tribunais superiores que não foram registrados na comissão. Em posição de destaque na cidade consta apenas a corte maior, o Supremo Tribunal Federal. O Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior Militar e Tribunal Superior do Trabalho ficaram muito tempo espremidos e alocados em regiões como o Setor de Autarquias Sul devido ao fato de sua construção não ter sido prevista.

Muito do que se trabalhou e estudou durante essa comissão garantiu a construção de Brasília anos mais tarde. Sem falar da utilização desses trabalhos a posteriormente. O Relatório Belcher é muito útil e adotado nas áreas de Biologia e conservação do Cerrado até os dias de hoje.

A firma Donald J. Belcher and Associates Incorporated foi contratada por Getúlio Vargas e pelo General Aginaldo Caiado de Castro, que coordenava a comissão, a fim de realizar os trabalhos de levantamento aerofotogramétrico da toda a área indicada pelo Congresso Nacional.

Esse processo se dá através da sobreposição de fotografias aéreas retiradas de uma determinada região permitindo assim a visualização desta em três dimensões. Foi a primeira vez que essa técnica foi adotada em nosso país. Levantamentos topográficos, do solo e da vegetação foram assim realizados de uma maneira mais simplificada e prática do que as visitas *in loco*.

Antes da aprovação do relatório Belcher, uma crise política culmina no dramático suicídio presidencial. Ao sair da “vida para entrar na história”, Vargas deixa um grande legado na política e no governo. Separo essas duas categorias por considerar que suas preocupações com a interiorização da capital eram mais uma diretriz de seu segundo governo, cumprindo apenas os preceitos constitucionais, do que uma verdadeira preocupação política, o que não diminui seus méritos e realizações.

O Relatório Belcher inclui-se nesse legado de governo que Café Filho dá continuidade ao assumir a presidência da república em seu lugar. Obviamente, o novo presidente faz mudanças no corpo da comissão, como a indicação do general José Pessoa para o lugar de Caiado, porém não altera a sua estrutura.

Pensando em relação ao exame acurado da topografia realizado, do clima, das condições geológicas, dos solos e ad água para suprimento da cidade, Belcher indica cinco possíveis sítios para a construção da cidade, dos quais quatro estariam dentro, total ou parcialmente, do Quadrilátero Cruis.

Para identificá-los, Pessoa coloriu suas áreas demarcadas que receberam o nome de acordo com a cor: verde, castanho, azul, amarelo e vermelho. Um dos objetivos do

estabelecimento dessa espécie de legendas com cores, além da melhor visualização era impedir que alguma informação vazasse da Comissão¹⁸.

O sítio escolhido foi o *Castanho*, onde hoje se encontra a cidade de Brasília. Restava então desapropriar o terreno onde seria erguido o novo Distrito Federal. O presidente não considerava essa opção política como viável e preferia não realizá-la.

Pessoa, que já fora alçado ao posto de marechal, convence o governador goiano, José Ludovico, de fazê-lo, apesar de ser essa uma prerrogativa do Governo Federal. Para o militar, se Goiás iniciasse o processo de desapropriação o presidente se sentiria pressionado a dar continuidade ao processo. Tal fato receberá de Adirson de Vasconcelos a alcunha de “Ato Histórico” a fim de exaltar como decisivo para a construção da cidade o feito por esses dois personagens. No entanto, a desapropriação feita dessa forma vai provocar diversas disparidades e conflitos relacionados à ocupação do solo como a grilagem de terras.

A repercussão é imediata. O tempo da nova capital chegara. Jornais como *A Última Hora* (RS), *O Globo* (Rio) e *Folha de Minas* dão a notícia das terras desapropriadas nos primeiros dias do mês de maio de 1955.

Pouco menos de um mês antes da primeira desapropriação, JK foi indagado em Jataí-GO se construiria a capital e transformaria Brasília em sua meta-síntese. O então candidato respondeu que sim. Todavia, cabe registrar que a responsabilidade mudancista de Kubitschek na realidade apenas expressou um sentimento que em cinquenta e cinco já estava enraizado em todo o estado de Goiás.

Antes da posse de Juscelino, outro turbilhão afetarà a política nacional. O presidente Café Filho, vítima de um acidente vascular, é impedido de continuar como presidente. Carlos Luz, seu sucessor, se nega a dar posse à JK pois este não recebeu maioria absoluta de votos. O ministro da Guerra, marechal Henrique Teixeira Lott, deu origem ao que convencionou-se chamar de golpe preventivo, levando à presidência da República o presidente do senado, Nereu Ramos, a fim de garantir os preceitos constitucionais e empossar o candidato vitorioso nas eleições.

Em seu breve período como presidente do Brasil, Ramos incluiria no Orçamento da União verba destinada a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital para que custeie as despesas da desapropriação do novo Distrito Federal. Tal fim nunca aconteceu, o movimento desapropriante continuou a encargo do estado de Goiás, retirando dessa maneira o ônus econômico e, sobretudo, político que o Governo Federal poderia ter em desapropriar as terras.

A conhecida Comissão de Mudança continuou seus trabalhos até o início do ano de 1956, no governo de Juscelino, com a chefia de Pessoa, depois o assunto da interiorização da nova capital passaria ser de responsabilidade da recém-criada NOVACAP.

18

VASCONCELOS; Adirson de. *A Mudança da Capital*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978. p. 327.

JK incorporou esses sentimentos e também de todo o legado iniciado no segundo governo varguista. A transferência da capital do Rio de Janeiro para a hinterlândia brasileira já de há muito idealizada concretizou-se com a vontade política personificada no novo presidente brasileiro.

Considerações Finais

Da Constituição promulgada em fevereiro de 1981 até a inauguração da cidade Brasília, em abril de 1960, muitas foram as teses, as correntes, os interesses e as ações produzidas a respeito da mudança da capital brasileira. Embora, em alguns contextos desse processo histórico, possamos perceber manifestações de interesses regionais relativos à mudança da capital federal, a maior parte dessas iniciativas foi orientada por razões de Estado como segurança, transporte e integração nacional.

A construção de uma capital no interior do Brasil não refletia apenas um sonho brasileiro, mas sim uma necessidade histórica, pois o país possuía grandes vácuos demográficos que dificultavam a comunicação e o transporte entre suas diversas regiões.

Muitas vezes, a discussão sobre a nova capital veio acompanhada pelo debate sobre uma ligação entre Belém-PA, Anápolis-GO e a nova capital. Uma estrada considerada necessária para integrar o Brasil que hoje recebe a alcunha de Belém-Brasília. Cruls e Jales Machado fizeram suas proposições a respeito, JK e Bernardo Sayão tiveram papel importante em sua instalação. Basta ver a quantidade de municípios que foram sendo criados às margens da rodovia para perceber seu fator integracionista.

A *Marcha para Oeste*, que embora estimulada por Vargas tenha recebido mais investimentos regionais que federais, também teve real impacto nesse processo, pois contribuiu para que a fronteira demográfica do Brasil se aproximasse de sua fronteira territorial. Dessa maneira, a ocupação desse território central também se fez acompanhar de um aumento da população dessa região.

Edificar a capital na hinterlândia brasileira não estava entre os principais planos de Vargas. Dinamizar a economia industrializando o país era a sua maior prioridade. Por isso seu foco foi dirigido ao trabalhismo, e ao setor energético. Porém, mesmo que indiretamente seus investimentos na construção imagética e regional de um avanço para o Centro-Oeste contribuíram para o futuro assentamento da sede da república nessa porção territorial brasileira.

Getúlio teve, mesmo que de forma indireta, fundamental contribuição para a futura construção de Brasília. Não apenas pelo incentivo à formação de núcleos de colonização da região centro-oeste, mas, sobretudo, por medidas tomadas em seu segundo governo. Nessa conjuntura sancionou a lei 1803, que deu início aos trabalhos da Comissão de Mudança. Também contratou Donald Belcher para os estudos finais do relevo. De forma intencional ou apenas sancionando o que fora aprovado no Congresso e posteriormente cumprindo a lei, as ações de Vargas contribuíram largamente para a construção da cidade, ocasião em que todos esses trabalhos foram estudados para dar forma à cidade.

Juscelino, que clamava para sair a herança varguista, incorporou ao projeto de construção da nova capital os estudos produzidos entre 1953 e 1956. Certamente, a

continuidade dada por Café Filho e Nereu Ramos também teve importante lugar. Num momento delicado por qual o país passava, deram sequência ao trabalho considerado como razão de Estado.

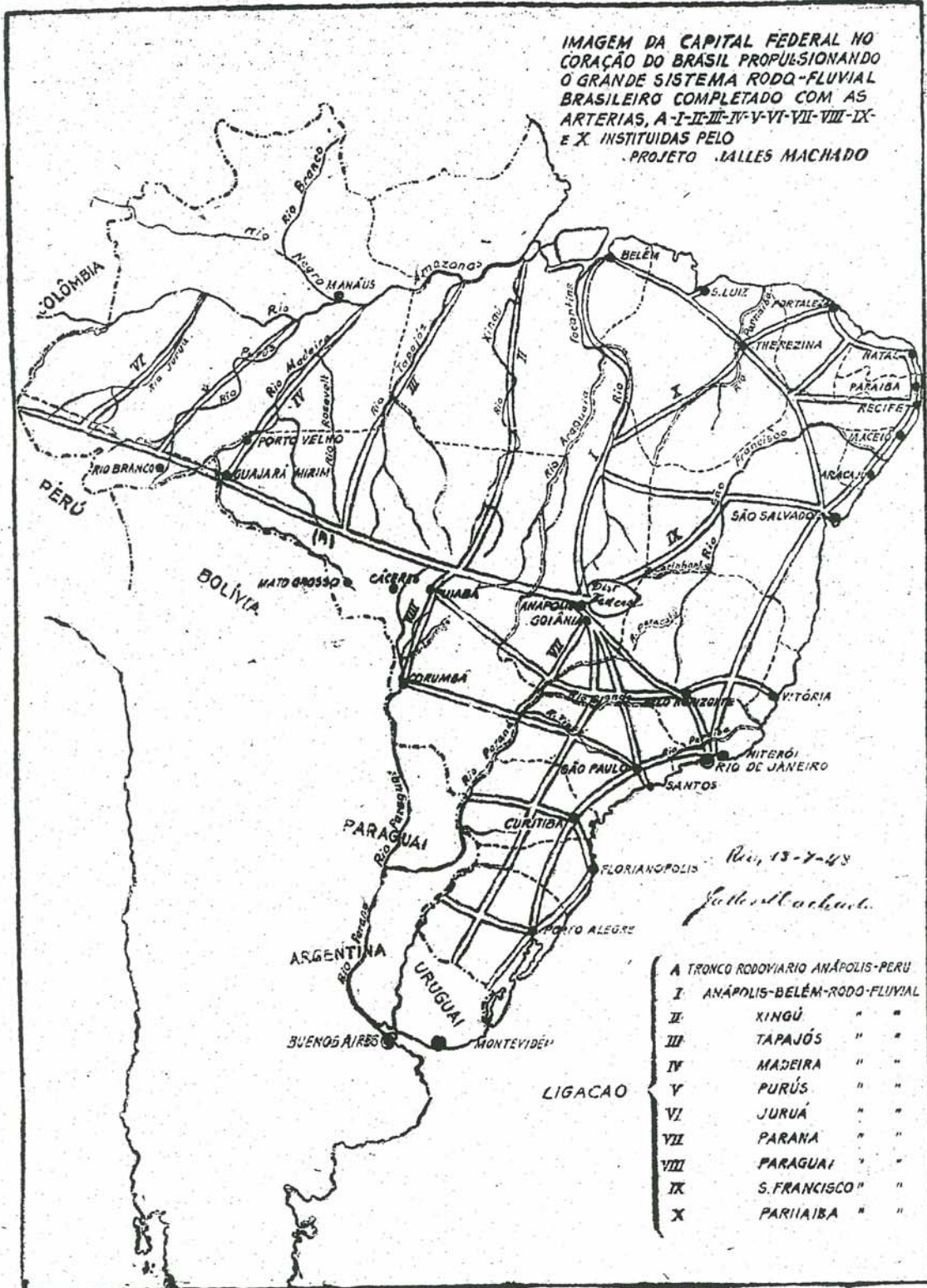
Ao colocar a preponderância de Getúlio próxima, nunca maior, à de Juscelino não podemos nos esquecer de dois outros presidentes que lançaram os estudos de acordo como rezava a constituição de suas épocas: Floriano Peixoto e Gaspar Dutra.

Ambos governaram em fase contemporânea aos períodos constituintes de 1891 e 1946. Se Vargas começou o estudo da mudança, Dutra começara novos estudos sobre a possível localização da capital que seria construída. Tratam-se dos trabalhos da Comissão Polli-Coelho – que se baseou bastante no antigo feito da Missão Cruls, convocada por Floriano.

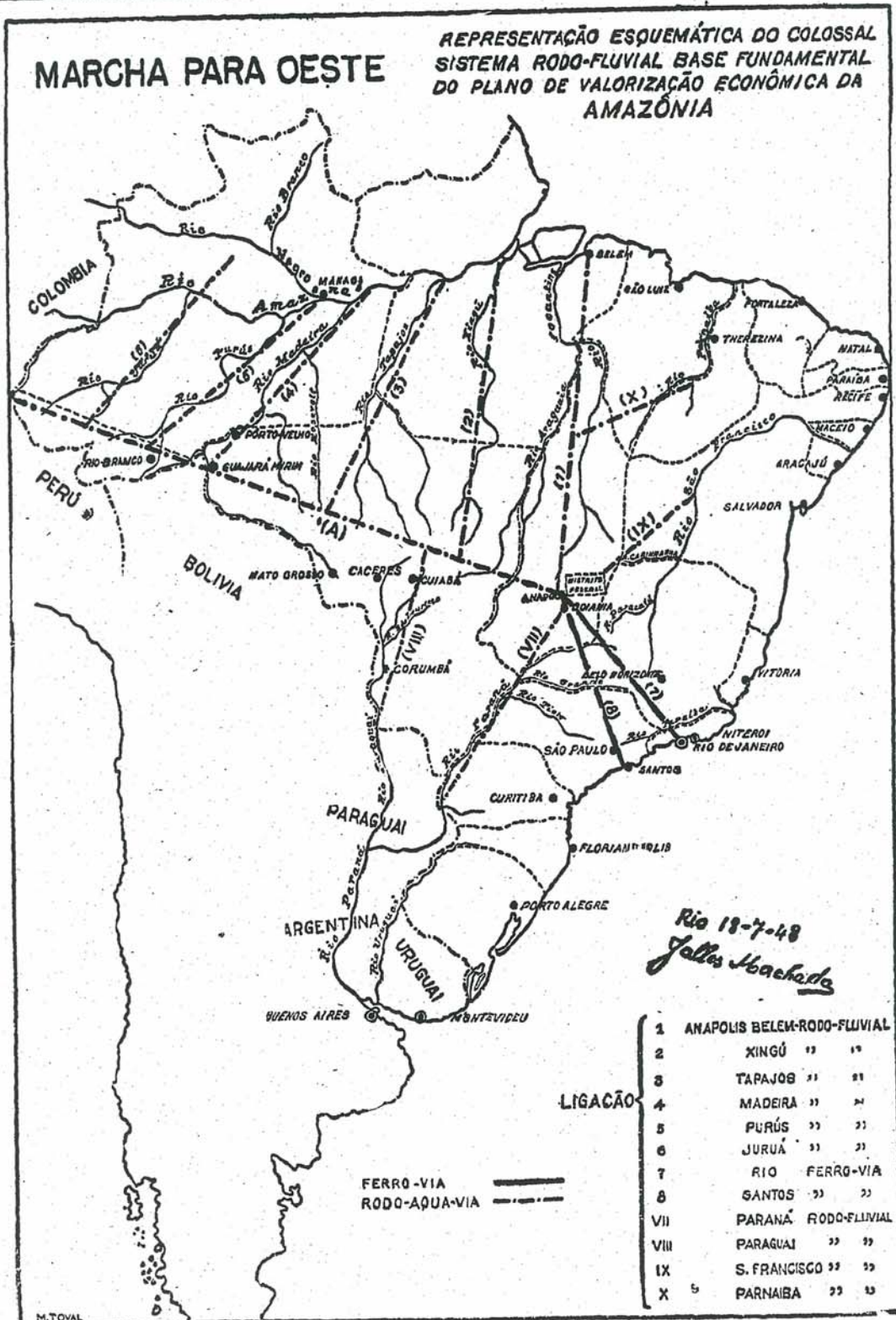
A historiografia hegemônica que tende a restringir história de Brasília a iniciativa de personagens como JK e, no máximo, Cruls, omite ações importantes que antecederam a fundação da nova capital. Essa orientação também possibilita a consolidação de uma versão equivocada de que a transferência da capital brasileira do antigo estado da Guanabara para Goiás foi consequência da vaidade, voluntarismo, empreendimento e visão visionária de um único governante.

Transformar Brasília em *Kubitschek de Oliveira* é reduzir a memória sobre o passado da cidade, excluindo do cenário histórico personagens como Andrade, Costa, Peixoto, Cruls, Jales Machado, Caiado, Teixeira, Paranaguá, Vargas, Dutra, Ramos, Café Filho e tantos outros nomes marcantes durante o longo processo que redundou na construção da nova capital do Brasil durante a segunda metade da década de 1950.

Anexo 1 – Imagem da capital federal no coração do Brasil propulsionando o grande sistema rodo-fluvial brasileiro completado com as arterias, A-I-II-III-IV-V-VI-VII-VIII-IX E X instituídas pelo Projeto Jalles Machado. CONGRESSO NACIONAL. Diário do Congresso Nacional – Terça-Feira, 27 de julho de 1948. Rio de Janeiro, 1948.



Anexo 2 – Representação Esquemática do Colossal Sistema Rodo-fluvial Base Fundamental do Plano de Valorização da AMAZÔNIA. CONGRESSO NACIONAL. Diário do Congresso Nacional – Terça-Feira, 27 de julho de 1948. Rio de Janeiro, 1948.



Referências Bibliográficas

ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Anais 1911*, vol. VII, p. 355-365, sessão de 9 novembro de 1911.

AQUINO; Rubim Santos Leão de, et al. *Sociedade Brasileira: Uma história através dos movimentos sociais – da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1891. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/constituicoes-antiores-1#content>

_____. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. 1934. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/constituicoes-antiores-1#content>

_____. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. 1946. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/constituicoes-antiores-1#content>

_____. *Lei Nº 1803, de 5 de janeiro de 1953*.

CAMARGO, Aspásia de Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (direção). *História da Civilização Brasileira. Tomo III – 3º Volume: Sociedade Política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1985.

CARPINTERO; Antonio Carlos. *Brasília: Notas sobre paisagem e política*. In: Revista Humanidades, edição 56. Brasília: UnB, DEZ-2009.

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. 1937. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/constituicoes-antiores-1#content>

CONGRESSO NACIONAL. *Diário do Congresso Nacional – Terça-Feira, 27 de julho de 1948*. Rio de Janeiro, 1948.

_____. *Diário do Congresso Nacional – Terça-Feira, 9 de maio de 1950*. Rio de Janeiro, 1950.

COUTO; Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

CRULS; Luiz. *Planalto Central do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957. 3ª Edição.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *História do Distrito Federal*. Disponível em: <http://www.gdf.df.gov.br/045/04501020.asp>

IBGE, *Censo Demográfico 1940/2000*.

IBGE, *Censo Demográfico 1950/2000*.

LENHARO; Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas: Papyrus / Editora da Unicamp; 1986.

SANTOS, Claudete de Andrade. *Os colonos e a Igreja Católica no Contexto da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (1940-1970)*. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS 2007.

VARGAS; Getúlio. *Diário – Volume II: 1937/1942* (Edição de Leda Soares). São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

_____. *Atualidade e futuro de Goiás*. Goiânia, 1940. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>

VASCONCELOS; Adirson de. *A Mudança da Capital*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978.

Declaração de Autenticidade

Eu, Felipe Ribeiro de Farias Mendes da Silva, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado ***Brasília e a Interiorização: uma visão além de JK*** foi integralmente por mim redigido, e que assinei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, 14 de dezembro de 2011,
